

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

## **A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO<sup>1</sup>**

**Óberson Isac Dresch<sup>2</sup>.**

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa realizado no curso de Doutorado em Educação nas Ciências da Unijuí

<sup>2</sup> Aluno do Doutorado em Educação nas Ciências da Unijuí e bolsista da Taxa Capes.

### **1. Introdução**

A ideia-base de uma educação escolar que se pretenda republicana e democrática é de que suas iniciativas teóricas e práticas não podem trazer em si a intencionalidade de extinguir a democracia e o Estado, ou de propor ditaduras, por exemplo. Diferente disso, a educação escolar encontra sentido no revigoramento dos pressupostos da república, isto é, nos princípios da igualdade, liberdade, diversidade, individualidade, reconhecimento, universalidade, autonomia, enfim, de um tipo de humanismo do qual o mundo contemporâneo está carente. Eis, em parte, a problemática da crise da e na educação.

O objetivo do estudo é pensar o sentido da educação escolar no contexto republicano e democrático, bem como suas possíveis contribuições para a manutenção e o fortalecimento desse cenário, tendo como norte a continuidade do mundo humano comum.

### **2. Metodologia**

O presente estudo é de caráter bibliográfico, estando concentrado em textos de autores que abordam a temática da educação na perspectiva republicana e democrática, tais como Brayner, Condorcet e Maamari. A pesquisa realiza um esforço reflexivo-dissertativo, a fim de entender, primeiramente, o conceito de educação escolar no contexto de uma república democrática; complementarmente, busca pensar o sentido da instrução pública e possíveis contribuições da escola, principalmente no nível da formação básica, em prol da preservação e do fortalecimento do mundo humano comum.

### **3. Resultados e Discussão**

A república tem data e local de nascimento. Ela nem sempre existiu e não há garantias de que para sempre existirá. É uma invenção humana, pensada e proposta por homens que concordaram em apostar na res publica, literalmente, na “coisa pública”. É um sim dado (não definitivamente) ao bem comum, colocando em relevo o público, contra a vontade exclusivista de ditadores, reis, déspotas ou de todos aqueles que privilegiem um governo feito por poucos.

Esse apreço e zelo pela república não foi e não é unanimidade nas diferentes sociedades. Os acordos em torno do ideal republicano vivem um dilema paradoxal, pois sinalizam para a possibilidade de um bem compartilhada em seus direitos e deveres, em suas possibilidades e responsabilidades, ao passo que também dependem de renovações entre as gerações.

Janete Lins Aevedo, no prefácio do livro Educação e Republicanismo: experimentos arendtianos para uma educação melhor, de Flávio Brayner, escreve que a educação republicana, na sua conceituação mais clássica, pode ser assim entendida:

como processo de formação humana que permite o acesso a saberes, à capacidade de pensar, de argumentar e julgar e de poder fazer escolhas que propiciem uma inserção consciente nos processos

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

sociais e políticos, e a participação na esfera pública. Enfim, uma educação que empodere os despossuídos com as habilidades necessárias para que se sintam e se tornem pessoas, ou cidadãos ativos (2008, p. 14).

Brayner (2008, p. 15-16), ao pensar o que seria uma “escola minimamente republicana”, escreve que ela “poderia se encarregar de retomar a relação entre educação e espaço decisório naqueles níveis onde os homens – exatamente porque são homens – precisam aparecer com sua voz e com sua capacidade de ação”, isto é, tornando-se “visíveis uns aos outros, porque são capazes de argumentar, de decidir, de propor, de inquirir, de julgar”.

Não se tem nem educação nem indivíduos republicanos de modo a priori. Ou seja, tanto aquela como estes precisam ser constituídos, tornando-se “alguém” a ocupar um espaço participativo e decisório na vida da sociedade. A visibilidade e a dizibilidade dos atores pedagógicos (gestores e professores) e dos indivíduos em vias de instrução (alunos) precisa ser constantemente conquistada. Estar em meio ao público não garante, de antemão, ser público.

Segundo Brayner (2008, p. 31), o “tornar-se alguém” significa “o poder aparecer republicano, com sua palavra e com sua capacidade de ação num espaço público onde partilharemos ou disputaremos, com outros pontos de vista, os diferentes sentidos do mundo”, constituindo, assim, uma “comunidade de sentido”. O autor complementa que o “‘tornar-se alguém’ é um vir-a-ser visível para o outro, estabelecer uma presença fenomenal no mundo, um ‘estar-aí’ único, e não um ‘estar-entre-outros’ indiferente e anônimo” (Idem).

E o que significa, para a escola, “ser pública”? Quais os meios de ela ser vista e de poder dizer-se ao mundo? E como ela pode colaborar para que os novos no mundo galguem ao conhecimento e ao reconhecimento, isto é, tornem-se alguém visível na esfera pública? Estas questões são importantes para o tempo atual, no qual o público é, por vezes, visto como um adjetivo sem muita relevância, algo do tipo “já que diz respeito a todos, não tem porque eu me importar, me comprometer”.

Condorcet, por sua vez, defende que a instrução pública é a base de uma sociedade democrática. A instrução possibilita o exercício e o aprimoramento das capacidades racionais dos indivíduos, bem como a sensibilização para o cultivo de valores morais. Esse conjunto de qualidades são constituintes do “cidadão esclarecido, autônomo, crítico e capaz de ser o autor de seu próprio destino” (MAAMARI, 2009, p. 62).

A instrução, para ser efetiva e realmente pública, precisa atingir a todos, isto é, homens e mulheres de todas as idades. É tarefa do Estado, então, “garantir a formação integral dos homens, desde a infância até a morte, em todos os domínios da existência e para ambos os sexos. Todos instruídos e educados da mesma maneira farão desaparecer as diferenças sociais” (MAAMARI, 2009, p. 72).

A formação oferecida na escola pública busca criar condições para a manutenção e o aprimoramento da república. Se, por um lado, a educação republicana tem o compromisso de educar as novas gerações de acordo com os ideais republicanos, por outro, ela se vê dependente de pessoas que possam continuar alimentando e defendendo tal propósito. A república não só direciona a instrução pública como depende de seus instruídos para ser preservada. Isso mostra sua força e, ao mesmo tempo, a sua fragilidade. Aliás, fragilidade que é própria de todos os campos de conhecimento e de ação de caráter não-metafísico, ou seja, concebidos sob fundamentos não autoritários e colocados em pauta através de critérios discutíveis, revisáveis, processuais.

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

A escola é responsável em conduzir o processo de instrução pública, oferecendo as condições para que os indivíduos despertem e desenvolvam seus diversos talentos e aptidões. A educação escolar, pensada aqui particularmente no contexto do Ensino Fundamental e Médio brasileiro, contempla um conjunto vasto de possibilidades participantes da formação dos alunos. Seu propósito prioritário é potencializar o alargamento dos horizontes de mundo de estudantes e professores, instigando-os a fazer a reconstrução dos saberes e, assim, compreender as formas de produção do conhecimento. Em outras palavras, a qualidade ou capacidade do ensino escolar refere-se à promoção das “competências necessárias para que cada indivíduo venha, mais tarde, a participar e intervir no espaço público-decisório (*vita activa*)” (BRAYNER, 2008, p. 41). Assim, quando se encontra redigido nos Regimentos Escolares ou nos Planos Políticos e Pedagógicos que o objetivo é a formação de cidadãos, de sujeitos críticos, autônomos, livres, capazes de participar e intervir conscientemente na sociedade..., é preciso levantar algumas questões: em que medida a instituição escolar contribui na busca e alcance dessas metas? Que posição ou papel ela deve assumir em vista do alcance de tais metas?

A formação escolar, portanto, visa contribuir na elevação ou libertação do indivíduo da situação de ignorância que, ao longo da história, esteve lado a lado com diferentes tipos de servidão, tanto de caráter físico como moral e intelectual. É espantoso e desafiador o fato de encontrarmos, entre as manifestações que vêm acontecendo nestes últimos anos, grupos pedindo o retorno do regime de governo ditatorial. Se, por um lado, tais reivindicações só acontecem por estarem num cenário democrático que permite a liberdade de expressão, por outro, elas são indícios que convivemos com uma espécie de autoritarismo e barbárie em potência. A célebre frase de Theodor Adorno ganha eco em situações como essas: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (1995, p. 119).

Por isso, é necessário que a educação escolar continue ocupando-se com a formação de seus alunos em consonância aos princípios pensados para a preservação e o fortalecimento da frágil sociedade republicana e democrática. A convivência das pessoas e a República dependem uma da outra; assim como o mundo humano comum é possibilitado por uma formação pautada em ideais republicanos, a continuidade da sociedade republicana e democrática também passa pela educação dos sujeitos realizada a partir de seus princípios. Enfim, República e escola se mantêm reciprocamente.

#### 4. Conclusão

A educação não é solução para grande parte dos problemas existentes na sociedade. Ao longo dos séculos, construiu-se um imaginário de super-poderes sobre o sistema educacional, a ponto de se achar que ele pudesse resolver demandas de ordem política, social, econômica, étnica-cultural, entre outras. No entanto, não convém tratar a escola como remédio de todos os males de uma nação, esperando dos seus gestores e, o que é pior, dos seus alunos a cura das “dores e feridas do mundo”. Se assim o for, ela continuará numa corrida sem fim e sempre atrasada em vista de se adaptar aos dinamismos e, em contrapartida, cada vez com menos tempo para se ocupar com a busca de sentidos para os seus discursos e ações pedagógicas.

Em suma, o papel da educação escolar tem a ver com a potencialização e formação de crianças e de adolescentes que, futuramente, poderão atuar como sujeitos em contextos privados e, principalmente, públicos. É na instituição escolar que as crianças encontram um espaço propício para problematizar saberes, crenças e costumes já adquiridos na vida privada, ou seja, na

**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** XXI Jornada de Pesquisa

convivência e educação estabelecida pelos seus pais; é nela que encontram meios e profissionais dispostos a revisar hábitos e conhecimentos sob a base de princípios ou diretrizes republicanas, no sentido de torná-los públicos e poder avalizá-los sob a perspectiva do bem comum e em defesa do mundo humano comum.

5. Palavras-chave: Educação republicana e democrática; educação escolar; instrução pública; bem/mundo comum.

#### 6. Agradecimentos

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências pela oportunidade de cursar o doutorado; à CAPES, pelo financiamento dos estudos e pesquisas; e aos colegas alunos e professores que se (pre)ocupam com a educação escolar, principalmente a de caráter republicano e democrático.

#### 7. Referências bibliográficas

ADORNO, Theodoro. Educação e Emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAYNER, Flávio. Educação e Republicanismo: Experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

MAAMARI, Adriana Mattar. A Fundamentação Filosófica da Escola Republicana. In: Revista Contexto e Educação, n. 82, Ijuí, p. 59-81, Jul./Dez. 2009.